

 PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS - NFS-e RPS Nº 1449, emitido em 03/04/2023	Número da Nota 00001449
	Data e Hora de Emissão 03/04/2023 18:31:13
	Código de Verificação HULX-GUI7

PRESTADOR DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ: 20.390.376/0001-67	Inscrição Municipal: 4.986.681-8
Nome/Razão Social: CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA.	
Endereço: R SAINT HILAIRE 194 - JARDIM PAULISTA - CEP: 01423-040	
Município: São Paulo	UF: SP

TOMADOR DE SERVIÇOS	
Nome/Razão Social: FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE	
CPF/CNPJ: 121.337.293-68	Inscrição Municipal: ----
Endereço: PC dos Três Poderes , anexo IV gabinete 219 - Zona Cívico-Administrativa - CEP: 70160-900	
Município: Brasília	UF: DF E-mail: ----

INTERMEDIÁRIO DE SERVIÇOS	
CPF/CNPJ: ----	Nome/Razão Social: ----

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Relações com a imprensa e consultoria estratégica; Desenvolvimento da estratégia de posicionamento; Definição de planejamentos de comunicação; Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas; Gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades;	
DADOS BANCÁRIOS: BANCO ITAÚ AGÊNCIA: 3100 C/C: 24614-3 CARAVELAS CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA	

VALOR TOTAL DO SERVIÇO = R\$ 8.666,66				
INSS (R\$)	IRRF (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
-	-	-	-	-

Código do Serviço 03115 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista.				
Valor Total das Deduções (R\$)	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor do ISS (R\$)	Crédito (R\$)
0,00	8.666,66	5,00%	433,33	0,00
Município da Prestação do Serviço -		Número Inscrição da Obra -	Valor Aproximado dos Tributos / Fonte -	

OUTRAS INFORMAÇÕES	
(1) Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei nº 14.097/2005; (2) Estabelecimento impedido de recolher o ICMS/ISS pelo Simples Nacional, nos termos do § 1º do art. 20 da Lei Complementar nº 123, de 2006.; (3) Esta NFS-e substitui o RPS Nº 1449, emitido em 03/04/2023;	

RECIBO

Declaro para os devidos fins, como representante legal da Caravelas Consultoria e Comunicação Ltda – EPP, CNPJ nº 20.390.376/0001-67, que recebemos de FRANCISCO DANILO BASTOS FORTE, R\$ 8.666,66 (oito mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos), referente à prestação de relações com a imprensa e consultoria estratégica; desenvolvimento da estratégia de posicionamento; definição de planejamento de comunicação; Revisão e atualização de materiais de apoio para o relacionamento com a imprensa e demais stakeholders: fact-sheets, perguntas e respostas, mensagens-chave, perfis de veículos e jornalistas; gerenciamento de atendimento à imprensa e análise de oportunidades, conforme nota fiscal nº 1449.



Luiz Otávio Bueno Cabral

Sócio Proprietário



**Deputado Federal
Danilo Forte (UNIAO/CE)**
Relatório - Março/2023

Relatório de Atividades

Em março, atuamos no trabalho de relações públicas do Deputado Federal Danilo Forte (UNIAO/CE) focado no aperfeiçoamento da posição como referência nas pautas. Desta forma, trabalhamos com os seguintes serviços:

- **Assessoria de Imprensa:** realização de conversas de relacionamento, elaboração de releases e artigos, agendamento de entrevistas e monitoramento do noticiário.
- **Comunicação estratégica:** elaboração de notas de bastidor e interlocução com os principais veículos de comunicação do país.
- **Atendimento:** disponibilização de uma coordenação e profissionais para atendimento integral do cliente, presencial e à distância.

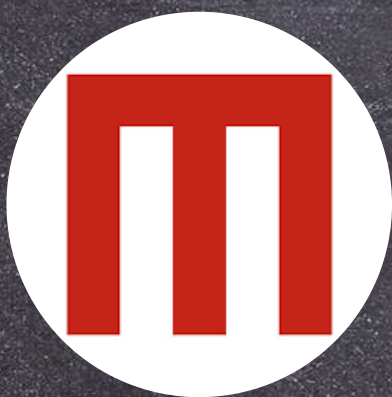
Buscamos, assim, ampliar a exposição do cliente frente à mídia nacional, ao mesmo tempo construindo sua reputação frente ao público e aos formadores de opinião.

Dados de Mídia

- **Valoração das matérias:** R\$ 6.788.018,91
- **Total de notícias:** 681 notícias.



DESTAQUES NA IMPRENSA



Deputados articulam dar a comissões poder sobre agências reguladoras

Emenda mais branda

Hoje, já existe uma emenda à MP que trata da fiscalização do mérito das agências. Apresentada pelo deputado **Danilo Forte (União-CE)**, a emenda é mais branda, ao criar conselhos para avaliar as decisões das agências.

Tais conselhos teriam representantes de diversos setores da sociedade, como entidades de defesa do consumidor e empresas. Os membros seriam indicados pelas entidades e apenas aprovados pelas comissões do Congresso.

"Falta protagonismo na pauta", diz deputado do União Brasil sobre governo

Um dos nomes que atuou diretamente nessa frente durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) foi o deputado **Danilo Forte (União-CE)**, que foi relator e autor de propostas sobre o assunto. Forte defende que o assunto seja inserido nas negociações da reforma tributária, para que o consumidor não sinta tão fortemente os impactos da inflação. "É difícil você encontrar um estado do Brasil que tenha subido menos de R\$ 1. Porque uma coisa é na Petrobras. Aí chega na distribuidora, e depois vai pro posto. Tudo isso você vai onerando, refletindo, e tem a incidência do imposto, dos custos de operação dos postos e da distribuidora, e tudo isso vai num somatório", explica.



Frente do Empreendedorismo leva a Haddad proposta de desoneração linear da folha de pagamento

Texto foi apresentado como forma de compensar aumento da tributação do setor de serviços

O deputado federal e membro da FPE **Danilo Forte (União-CE)** também participou do encontro e reforçou, na seara tributária, a defesa por uma política de combate à evasão fiscal para garantir compensação em eventuais mudanças na cobrança de impostos.

“Essa evasão fiscal se dá em diferentes segmentos do comércio internacional, na questão dos aplicativos de jogos, de apostas, volume de recursos é muito grande e não pagam nada de imposto no País”, disse aos jornalistas.

O parlamentar disse ainda que a própria desoneração da folha pode ser compensada pelo combate à evasão fiscal, além da redistribuição de alíquotas.



Deputado quer explicação de Rui Costa sobre extinção da Funasa

O deputado federal **Danilo Forte (União-CE, foto)** protocolou requerimento nesta quarta-feira (22) para que o ministro da Casa Civil, Rui Costa, compareça à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara para explicar a medida provisória que extingue a Fundação Nacional da Saúde (Funasa).

O parlamentar cearense, que foi presidente da Funasa no segundo governo do presidente Lula, **também propõe** que Costa explique a transferência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e as alterações no voto de qualidade do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf).



[Veja a matéria na íntegra aqui.](#)



Câmara aprova MP sobre regime de tributação para multinacionais

Medida provisória prorroga regras e beneficia empresas nacionais com subsidiárias no exterior

A medida foi enviada no governo de [Jair Bolsonaro](#) (PL). Uma das justificativas do Executivo foi que o Brasil não seguia a tendência entre os países da [OCDE](#) (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) de redução das alíquotas nominais do IRPJ das empresas.

“Essa medida provisória vem exatamente no sentido de garantir a prorrogação do prazo do benefício da desoneração no que diz respeito a 9% do imposto de renda e a contribuição sobre o lucro líquido das nossas empresas exportadoras, pautadas dentro de um compromisso inclusive se levar o Brasil a ser um dos membros efetivos da OCDE”, declarou o relator do texto, deputado [Danilo Forte \(União Brasil-CE\)](#).



Governo bate cabeça com a própria base em votação de benefício fiscal

Parlamentares como o deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), além de membros da federação PSOL-Rede, fizeram duras críticas à proposta chancelada pelo Executivo. Relator da matéria, o deputado **Danilo Forte (União-CE)** expôs o imbróglio em Plenário. “Esse relatório teve a aprovação da liderança do governo na Casa. O que percebemos são segmentos ligados ao governo questionando a política econômica do próprio governo”, disse. A federação entre PSOL e Rede foi a única agremiação que orientou contra a matéria. “Apesar da inércia de alguns da base, o PSOL vota não”, alfinetou Chico Alencar (PSOL-RJ). O governo tem evitado marcar posição contrária em votações de medidas de Bolsonaro diante da incerteza em relação ao tamanho da base governista e às críticas sobre a articulação — ou desarticulação — política do Executivo.



[Veja a matéria na íntegra aqui.](#)

